

Novas normas para execução do Orçamento em 88

Eis aqui a íntegra do Decreto nº 95.523, de 21 de dezembro de 1987, que estabelece normas para a programação e execução orçamentária e financeira do Tesouro Nacional para o exercício de 1988:

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.632, de 31 de dezembro de 1987.

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º — A utilização dos créditos orçamentários e adicionais do Orçamento Geral da União (O.G.U.) será efetuada de acordo com as normas de programação e execução estabelecidas neste decreto.

Art. 2º — O comprometimento da despesa deverá ser feito sob estrita observância dos limites da programação financeira fixada para cada unidade gestora.

CAPÍTULO II DA PROGRAMAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS

Art. 3º — As dotações destinadas às despesas com "Pessoal" e "Encargos Sociais" poderão constituir fonte de compensação de créditos das Outras Despesas Correntes e de "Capital".

Art. 4º — "Reserva de Contingência" é destinada, prioritariamente, ao atendimento das despesas com "Pessoal" e "Encargos Sociais" e só será utilizada após esgotadas todas as possibilidades de cancelamento das dotações de "Outras Despesas Correntes" e de "Capital".

Art. 5º — As disponibilidades orçamentárias verificadas no decorrer do exercício, nas dotações destinadas ao atendimento de compromissos com operações de crédito internas ou externas, poderão constituir fonte de recursos para abertura de créditos adicionais somente no mesmo grupamento econômico, exclusivamente em favor de "Pessoal" e "Encargos Sociais".

Art. 6º — Os saldos dos recursos transferidos pelo Tesouro Nacional às entidades da administração indireta, para pagamento de compromissos decorrentes de operações de crédito, internas ou externas, apurados em balanço, no encerramento do exercício financeiro de 1987, poderão ser utilizados no exercício de 1988 somente para pagamento dos referidos compromissos.

Parágrafo 1º — Não sendo necessários, no todo ou em parte, para o pagamento dos referidos compromissos, os saldos poderão ser utilizados para atendimento de despesas de "Pessoal" e "Encargos Sociais".

Parágrafo 2º — A hipótese de abertura de crédito adicional no exercício de 1988, para suplementar dotações destinadas ao pagamento dos aludidos compromissos, a Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (SOF/SEPLAN) levará em consideração os saldos verificados conforme o disposto neste artigo.

Parágrafo 3º — Após o encerramento de seu balanço, as entidades da administração indireta informarão os saldos apurados na forma deste artigo às respectivas Secretarias de Controle Interno ou órgãos equivalentes, que os comunicará a SOF/SEPLAN.

Art. 7º — As solicitações de créditos adicionais no exercício de 1988, além de apresentar as alterações julgadas necessárias nos quantitativos financeiros, deverão também evidenciar as implicações orçamentárias, no tocante ao cumprimento dos objetivos e metas dos projetos/atividades constantes da Lei Orçamentária.

Parágrafo único — Quando se tratar de projetos orçamentários justificativa que acompanha a solicitação de créditos adicionais deverá conter informações relativas também aos exercícios de 1989 e 1990.

Art. 8º — As dotações consignadas no "Anexo V — Orçamento das Operações Oficiais de Crédito" poderão ser alteradas:

a) em decorrência de excesso de arrecadação das receitas próprias, por Portaria Interministerial da SEPLAN e do Ministério da Fazenda;

b) em decorrência de créditos adicionais abertos na forma de legislação específica, a conta de recursos do Tesouro Nacional; e

c) por Portaria Interministerial da SEPLAN e do Ministério da Fazenda, para realização de remanejamentos, desde que observada a programação constante do subanexo "Encargos Financeiros da União" do O.G.U.

CAPÍTULO III DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Art. 9º — Serão objeto de programação financeira as despesas consignadas à conta dos recursos provenientes das fontes:

a) "DD—Recursos Ordinários";

b) "15—Contribuição para os Programas Especiais — PIN/PROTERRA";

c) "44—Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional"; e

d) "53—Contribuição para o Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL".

Parágrafo único. Os recursos consignados às demais fontes orçamentárias, não abrangidos neste artigo, terão a sua programação realizada na forma da legislação específica.

Art. 10 — A programação financeira será elaborada a partir dos projetos dos órgãos e entidades do Sistema de Programação Financeira (OSPF), encaminhada à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, o OSPF poderá utilizar, a seu critério, propostas da programação financeira encaminhadas pelas respectivas unidades gestoras.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 — Compete aos órgãos setoriais de controle interno a verificação do disposto neste Decreto, em especial o contido no art. 19, informando aos OSPF e à STN eventuais descumprimentos, além de adotar as demais providências cabíveis.

Art. 26 — A SOF/SEPLAN, no que se refere ao Capítulo II deste Decreto, e a STN, para os demais capítulos, baixarão as instruções complementares necessárias à sua execução.

Art. 27 — Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 1988, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, em 21 de dezembro de 1987, 166ª da Independência e 99ª da República.

Criada reserva de contenção orçamentária

Eis a íntegra do Decreto nº 95.523 que cria a reserva de contenção orçamentária:

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º — Fica criada a Reserva de Contenção Orçamentária, no Orçamento Geral da União para 1988, composta de:

I — dois terços das dotações constantes das transferências intergovernamentais;

II — parcelas de dotações e consignações em Encargos Gerais da União — Recursos sob a Supervisão da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, relacionadas no Anexo.

Parágrafo único — Não se aplica o disposto no inciso I deste artigo às transferências constitucionais e às dotações destinadas ao pagamento de serviço da dívida, de pessoal, de encargos sociais, de contribuições ao PASEP e de contrapartidas de empréstimos externos.

Art. 2º — As dotações incluídas na Reserva de Contenção Orçamentária ficam indisponíveis para comprometimento da despesa.

Art. 3º — A Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República e o Ministério da Fazenda elaborarão, em conjunto, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de divulgação deste Decreto, a relação dos créditos previstos no inciso I do artigo 1º, deste Decreto, observado o disposto em seu parágrafo único.

Art. 4º — Por proposta conjunta da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República e do Ministério da Fazenda, o Presidente da República poderá liberar, total ou parcialmente, a contenção de que trata este Decreto.

Art. 5º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, DF, 21 de dezembro de 1987, 166ª da Independência e 99ª da República.

Salários dos funcionários públicos

A seguir, a íntegra do Decreto nº 95.524 que altera o regulamento do CISE — o conselho interministerial que decide sobre os salários dos funcionários públicos:

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º — Os §§ 2º, 3º e 4º do art. 2º, o caput do art. 3º e o art. 6º do Decreto nº 91.370, de 26 de junho de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º — Os Ministros não integrantes do CISE poderão ser convidados a participar das reuniões que tratarem de matéria de interesse da entidade sob sua supervisão ou relacionada com área de sua competência.

§ 2º Dependendo, ainda, de prévia autorização do CISE, a alteração de planos de benefícios ou de custeio que impliquem em elevação da contribuição das patrocinadoras referidas no *caput* deste artigo."

tes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade e a prerrogativa de deliberar "ad referendum" do plenário.

§ 4º Os Membros do CISE serão substituídos em suas faltas e impedimentos pelos Secretários-Gerais dos respectivos Ministérios."

"Art. 3º — Compete ao CISE:

I — estabelecer parâmetros para política de remuneração e de benefícios e vantagens do pessoal das entidades governamentais não sujeitas às normas emanadas do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil de Administração Federal, bem assim das empresas estatais e das concessionárias de serviços públicos federais;

II — fixar limites globais e condições para as negociações coletivas de trabalho, bem assim para os aumentos coletivos e para as concessões de antecipações de salários entre as entidades mencionadas no inciso anterior e os representantes de seus empregados;

III — deliberar sobre a possibilidade, ou não, de acolhimento, sob os aspectos econômico financeiro, de proposta de acordo, hipótese de dissídio coletivo que envolva as entidades referidas no inciso I;

IV — decidir os assuntos que lhe forem submetidos pela Secretaria-Executiva, em matéria de sua competência.

"Art. 6º — Compete à Secretaria-Executiva do CISE:

I — acompanhar a evolução da despesa e quantitativo de pessoal de empresas que possuem o orçamento sob controle da SEST e de dirigentes das empresas estatais;

II — aprovar planos de cargos e salários e de benefícios e vantagens, bem assim propostas de sua revisão ou alteração;

III — expedir, nos limites e condições estabelecidas em decisão do Conselho, Resoluções sobre as matérias nela contida, especialmente as relativas a termos de negociações referentes a acordos coletivos de trabalho, considerando:

a) a pauta inicial de reivindicações da categoria profissional, fornecida pelo sindicato ou outra entidade representativa competente;

b) a ambiência trabalhista na empresa;

c) a viabilidade das possíveis soluções;

d) estimativas dos custos dos itens considerados negociações.

IV — pronunciar-se, para fins do disposto no art. 623 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sobre instrumentos contratuais de negociação coletiva de empresas estatais com seus empregados;

V — transmitir, à Secretaria de Controle Interno do Ministério sob cuja supervisão se encontra a entidade, as decisões do CISE, para fins de controle e acompanhamento;

VI — encaminhar, antes de qualquer negociação coletiva, o Projeto de Lei, para o Presidente da entidade com cópia ao Ministro sob cuja supervisão ela se encontra, as condições e os limites específicos para a empresa;

VII — submeter ao Presidente do CISE, para ciência do Ministro Supervisor da entidade, os casos de inobservância, pelos dirigentes das entidades de que trata o inciso I do art. 3º, das decisões e Resoluções do Conselho, para fins do disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984;

VIII — emitir pareceres conclusivos sobre quaisquer matérias a serem submetidas ao CISE.

§ 1º Somente nos limites e condições estabelecidas em Resoluções expedidas pela Secretaria-Executiva do CISE, poderão celebrar acordos coletivos de trabalho, para os efeitos do art. 14 da Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984, as entidades referidas no inciso I do art. 3º.

§ 2º As disposições deste artigo aplicam-se aos trabalhadores avulsos, cuja remuneração era disciplinada pelo CNPS.

§ 3º Quando se tratar de trabalhadores avulsos da orla marítima subordinados à Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM), compete a esta rever os salários, inclusive taxas de produção, ouvido o CISE.

Art. 2º — O art. 5º do Decreto nº 93.597, de 21 de novembro de 1986, modificado pelo art. 2º do Decreto nº 94.648, de 14 de julho de 1987, é acrescido do seguinte § 2º, remanejado o atual parágrafo único para § 1º:

"Art. 5º — Dependendo, ainda, de prévia autorização do CISE, a alteração de planos de benefícios ou de custeio que impliquem em elevação da contribuição das patrocinadoras referidas no *caput* deste artigo."

Art. 3º As entidades estatais de que trata o Decreto nº 91.370, de 26 de junho de 1986, com as modificações introduzidas pelo art. 1º deste Decreto, farão constar, em nota explicativa às suas demonstrações financeiras, os valores da maior e menor remuneração pagas a seus empregados e administradores, nelas computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos.

Art. 4º O acompanhamento e controle do cumprimento das deliberações do CISE, bem assim do disposto no artigo anterior, compete:

I — aos membros do Conselho Fiscal ou de órgão equivalente;

II — aos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogados os arts. 4º e 7º do Decreto nº 91.370, de 26 de junho de 1985, e demais disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1987, 166ª da Independência e 99ª da República.

Nova taxaço sobre rendas de capital

Eis a íntegra do projeto de lei que dispõe sobre a tributação de rendimentos de capital e dá outras providências:

Art. 1º — Ficam revogados todos os dispositivos legais que autorizam a tributação exclusiva na fonte e a opção de tributação por esse regime, exceto os referentes a prêmios de loteria e rendimentos auferidos em operações de curto prazo ou decorrentes de títulos ao portador não identificado.

Art. 2º — Fica instituído o Imposto sobre a Fortuna das pessoas físicas (ISF).

Art. 3º — A base de cálculo do imposto é o valor do patrimônio existente no início de cada exercício financeiro.

Parágrafo 1º — O patrimônio é constituído de todos os bens e direitos, de qualquer natureza, qualquer que seja seu emprego ou localização conforme constante da declaração anual de bens do contribuinte, diminuído do valor das dívidas. As dívidas vinculadas serão deduzidas do valor dos bens ou direitos a que corresponderem, até o valor destes.

Parágrafo 2º — O Poder Executivo publicará lista de bens que, pelo pequeno valor de mercado, devam ser excluídos do patrimônio tributável.

Art. 4º — O imposto será cobrado de acordo com a seguinte tabela progressiva:

Valor do Patrimônio Líquido

Alíquota

Até 50.000 OTN isento

De 50.001 a 75.000 OTN 0,1%

De 75.001 a 100.000 OTN 0,3%

Acima de 100.000 OTN 0,5%

Art. 5º — São contribuintes do imposto a pessoa física domiciliada no País, o espólio, e a pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior em relação aos bens, direitos e dívidas que tenham no País.

Art. 6º — A declaração do imposto será apresentada, pelo contribuinte ou seu representante, juntamente com a declaração do Imposto de Renda.

Parágrafo 1º — No regime de comunhão de bens os cônjuges serão tributados em conjunto.

Parágrafo 2º — No caso de separação de bens os cônjuges poderão optar pela tributação em separado.

Parágrafo 3º — Os bens e direitos de filhos menores serão tributados juntamente com os de seus pais.

Art. 7º — O pagamento do imposto será efetuado em prestações mensais e iguais, vencíveis no último dia útil de cada mês de abril a novembro de exercício financeiro.

Parágrafo único. Nenhuma prestação, exceto prestação única, será inferior ao valor de duas OTN.

Art. 8º — No cálculo do imposto será dado crédito do valor dos impostos estaduais e municipais, incidentes sobre a propriedade, efetivamente pagos pelo contribuinte no ano anterior sobre bens integrantes da base do imposto sobre a Fortuna, até o produto do valor destes bens pela alíquota de que trata o Art. 2.

Art. 9º — A pessoa jurídica emitente de títulos ou obrigações ao portador, por ocasião do pagamento ou crédito dos rendimentos, 0,005% (cinco milésimos por cento) por dia sobre o valor do título ou obrigação, a título de imposto sobre a Fortuna da pessoa física não identificada.

Art. 10 — A administração e fiscalização do imposto compete à Secretaria da Receita Federal. Aplicam-se subsidiariamente ao imposto sobre a fortuna, no que couber, os dispositivos da legislação do Imposto de Renda referente à administração, cobrança, penalidades, garantias e processo administrativo.

Art. 11 — O Poder Executivo

Projeto propõe o imposto sobre fortuna

Eis a íntegra de projeto de lei que cria o Imposto sobre a Fortuna:

poderá, por razões de política econômica, excluir da base de cálculo do imposto sobre a Fortuna determinados bens pertencentes a domiciliados no exterior.

Art. 11 — O Poder Executivo baixará as instruções que forem necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 12 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 — Revogam-se as disposições em contrário.

Muda o IR nas operações de curto prazo

Eis a íntegra do Decreto-lei nº 2.394, de 21 de dezembro de 1987, que altera a legislação do imposto de Renda incidente sobre rendimentos auferidos em operações financeiras de curto prazo e dá outras providências:

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º — Fica sujeito ao Imposto de Renda na fonte, a alíquota de 6% (seis por cento), o rendimento bruto auferido em operações financeiras de curto prazo:

Parágrafo único — Considera-se operação financeira de curto prazo aquela de prazo igual ou inferior a 28 (vinte e oito) dias, contados da data de aquisição de títulos ou das aplicações de recursos, até a data da subsequente cessão, liquidação ou resgate de títulos, obrigações ou aplicações de renda fixa.

Art. 2º — A partir de 1º de janeiro de 1988, o Imposto de Renda retido na fonte de que trata este decreto-lei, bem como toda e qualquer incidência sobre rendimentos e ganhos de capital produzido por títulos, obrigações e aplicações financeiras de renda fixa será considerada:

I — Antecipação do devido na declaração, quando o beneficiário for pessoa jurídica tributada com base no lucro real;

II — Antecipação do devido na declaração, quando o beneficiário for pessoa física, podendo o contribuinte optar pela tributação exclusiva na fonte;

III — Devido exclusivamente na fonte, nos demais casos, inclusive quando o beneficiário for pessoa jurídica isenta ou fundo em condomínio.

Parágrafo único — No caso previsto no item II deste artigo deverá ser observado o disposto no Art. 8º do Decreto-Lei nº 2.134, de 26 de junho de 1984.

Art. 3º — O Conselho Monetário Nacional poderá:

I — Aumentar em até 50% (cinquenta por cento) ou reduzir a alíquota mencionada no Artigo 1º em razão de peculiaridades das taxas de juros e de inflação;

II — Excluir da incidência do Imposto de Renda na fonte o rendimento bruto auferido em operações de curto prazo por pessoa jurídica autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

III — Estabelecer alíquotas diferenciadas para tributação das operações, em função da natureza dos títulos que as lastreiam.

Art. 4º — A retenção do imposto de que trata o Artigo 1º será efetivada pela pessoa jurídica que creditar ou pagar os rendimentos.

Art. 5º — Os resultados obtidos mensalmente por pessoas jurídicas financeiras e a elas equiparadas em suas operações de curto prazo com títulos e aplicações de renda fixa ficam sujeitos ao recolhimento antecipado do imposto de Renda à mesma alíquota prevista no Artigo 1º.

Parágrafo único — A competência delegada ao Conselho Monetário Nacional pelo artigo 3º é extensiva ao disposto neste artigo.

Art. 6º O ministro da Fazenda poderá autorizar bolsas de valores, de mercadorias e semelhantes que, em substituição às fontes pagadoras de rendimentos e ganhos de capital, efetuem a retenção e recolhimento do imposto devido na fonte.

Parágrafo único. As bolsas autorizadas a efetuar a retenção e o recolhimento de que trata este artigo deverão:

A) Fornecer, aos beneficiários, o comprovante dos rendimentos pagos e do imposto de Renda retido na fonte.

B) Prestar as informações previstas pela legislação tributária.

Art. 7º — Ficam sujeitos à incidência do imposto de Renda na fonte, a título de antecipação do devido na declaração, a alíquota de 20% (vinte por cento):

— Os valores resgatados dos planos de poupança e investimento (PAII), de que trata o Decreto-lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986.

II — O resgate previsto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-lei nº 2.296, de 21 de novembro de 1986 (previdência privada) bem como as importâncias pagas ou creditadas como benefícios pecuniários, sob a forma de pecúlio, pelas entidades de previdência privada, a pessoas físicas participantes.

III — Os valores resgatados das cadernetas de poupança tipo "Poupança" instituídas pelo Decreto-lei nº 2.301, de 21 de novembro de 1986, depois de expurgados do valor acumulado dos rendimentos.

Parágrafo único. O imposto será retido por ocasião do pagamento, crédito ou resgate: pelo administrador das carteiras, fundos ou clubes PAIT, pela entidade de previdência privada, ou pela instituição financeira que tiver acolhido o depósito de poupança.

Art. 8º — Ficam compreendidos na incidência do imposto de Renda na fonte previsto no artigo 1º deste decreto-lei os rendimentos líquidos auferidos no financiamento de operações a termo, de futuro e de opções, realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e de mercados outros de liquidação futura, liquidadas em prazo inferior a 28 dias.

Parágrafo único. Nos financiamentos liquidados após 28 (vinte e oito) dias do início da operação o rendimento líquido é equiparado aos auferidos em aplicações de renda fixa, para fins de tributação na fonte e na declaração.

Art. 9º — Fica sujeito ao Imposto de Renda exclusivamente na fonte, a maior alíquota de imposto progressivo anual das pessoas físicas, todo rendimento pago a beneficiário não identificado.

Art. 10 — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação: as incidências de fonte alcançadas as operações iniciadas a partir de 1º de janeiro de 1988.

Art. 11 — Ficam revogados os artigos 3º e 4º do Decreto-lei nº 1.494, de 7 de dezembro de 1987, e o artigo 1º do Decreto-lei nº 2.027, de 9 de junho de 1983, 34 e 42 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, e 2º do Decreto-lei nº 2.313, de 23 de dezembro de 1986, e demais disposições em contrário.

Brasília, em 21 de dezembro de 1987, 166ª da Independência e 99ª da República.

Mecanismo de garantia para o setor financeiro

Eis a íntegra do Decreto-lei nº 2.395, de 21 de dezembro de 1987, que autoriza o Poder Executivo a instituir mecanismo de garantia para depósitos e aplicações em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

O presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo, através do Conselho Monetário Nacional, autorizado a instituir mecanismo de garantia para depósitos e aplicações em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

O presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 55, item II, da Constituição,

Art. 2º — A regulamentação que instituir o mecanismo de garantia de que trata o Art. 1º deste decreto-lei deverá, dispor, entre outros, sobre os seguintes aspectos:

A) Instituições cujas obrigações serão garantidas;

B) Obrigações que serão objetos de garantia;

C) Valor das obrigações a ser garantidas;

D) Tratamento a ser dispensado às obrigações em moeda estrangeira;

E) Valor da contribuição a ser paga e a quem compete o pagamento, bem como a forma de sua cobrança;

F) Administração dos recursos arrecadados;

G) Forma e época de pagamentos das obrigações.

Art. 3º — A partir da instituição do mecanismo de garantia de que trata este decreto-lei — as operações de crédito ficam isentas do imposto sobre Operações Financeiras — IOF — IOF nas operações de que trata o item V do Art. 1º do Decreto-lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980.

Art. 5º — Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 21 de dezembro de 1987, 166ª da Independência e 99ª da República.

IR para as pessoas físicas

Eis a íntegra do decreto nº 2.396 que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas e dá outras providências:

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º — No exercício financeiro de 1988, a tabela do imposto de renda progressivo, incidente sobre a renda líquida das pessoas físicas (Lei nº 7.450/85, art. 8º), bem como os valores de abatimentos e deduções, serão corrigidos monetariamente pela aplicação, sobre os valores vigentes, no exercício financeiro de 1987, do coeficiente 3,5 (três e meio).

Art. 2º — O art. 10 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, alterado pelos Decretos-leis nº 2.287, de 23 de julho de 1986, e nº 2.303, de 21 de novembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 — O saldo do imposto a pagar ou a restituir (inciso V do art. 8º desta lei) será convertido em número de OTN pelo valor desta no mês de janeiro do exercício financeiro correspondente."

§ 1º — Resultando fração na apuração do número de OTN, considerar-se-ão as duas primeiras casas decimais, desprezando-se as outras.

§ 2º — O saldo do imposto a pagar poderá ser recolhido em até 8 (oito) quotas iguais, mensais e sucessivas, observado o seguinte:

a) nenhuma quota será inferior a 1 (uma) OTN e o imposto de valor inferior a 2 (duas) OTN será pago de uma só vez;

b) a primeira quota ou quota inteira será paga no mês de abril do exercício financeiro;

c) as quotas vencerão no último dia útil de cada mês;

d) fica facultado ao contribuinte antecipar, total ou parcialmente, o pagamento das quotas.

§ 3º — O número de OTN de que trata este artigo será convertido em moeda nacional pelo valor da OTN no mês do pagamento do imposto ou da restituição.

Art. 3º — Sem prejuízo do disposto nos artigos 4º e 5º da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, o contribuinte que tenha percebido, de mais de uma fonte pagadora, rendimentos sujeitos a tributação, deverá recolhê-los trimestralmente, a diferença de imposto calculado com base em tabela especial de acordo com instruções baixadas pelo Ministro da Fazenda.

(Continua na página 8)

| ANEXO AO DECRETO Nº 95.523, DE 21/12/87 QUADRO DE CONTENÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM E.G.U./SEPLAN | | |
|--|---|-------------|
| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | CZ\$ MIL |
| 28101.03080242.016 | Manutenção do serviço de processamento de dados | 4.250.000 |
| 28101.03080304.118 | Desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de fiscalização | 45.000 |
| 28101.03105231.230 | Construção do campo de lançamento de Alcântara | 900.000 |
| 28101.04100553.499 | Pesquisa agropecuária | 25.000 |
| 28101.04130663.503 | Ações complementares nas áreas de reforma agrária | 5.100.000 |
| 28101.04401833.504 | Implementação de ações no setor agrícola | 1.500.000 |
| 28101.04540773.505 | Apoio a programas de irrigação | 2.300.000 |
| 28101.06261601.033 | Reaparelhamento da Força Aérea Brasileira | 4.000.000 |
| 28101.06271631.005 | Reaparelhamento da Marinha | 2.850.000 |
| 28101.06271632.240 | Patrulha Costeira | 150.000 |
| 28101.06281661.040 | Reaparelhamento do Exército | 3.750.000 |
| 28101.0707313.147 | Apoio a pequenos municípios | 250.000 |
| 28101.07401831.285 | Desenvolvimento do Nordeste do Brasil - Polonordeste | 250.000 |
| 28101.07401833.500 | Fortalecimento da infra-estrutura do setor agrícola do estado M.S. | 2.525.000 |
| 28101.08421981.626 | Apoio ao desenvolvimento da educação básica | 5.500.000 |
| 28101.11633534.129 | Defesa da economia cafeeira | 1.300.000 |
| 28101.13754271.366 | Suplementação alimentar | 5.000.000 |
| 28101.13754283.501 | Construção do centro regional de medicina do aparelho locomotor | 128.500 |
| 28101.15824924.124 | Contrib. da União ao Sist. Nacional de Assist. e Previdência Social | 600.000 |
| 28101.16885371.467 | BR-110/BA - Jeremoabo - Cicero Dantas | 500.000 |
| 28101.16885373.507 | Construção e pavimentação do malha rodoviária nacional | 10.000.000 |
| 28101.16885374.125 | Infra-estrutura básica rodoviária | 3.480.000 |
| 28101.16895453.506 | Normalização contábil da Rede Ferroviária Federal S.A. | 1.070.000 |
| 28101.16903464.122 | Recuperação e ampliação da Frota Mercante Nacional | 6.150.050 |
| 28101.16915721.243 | Transporte ferroviário urbano de Belo Horizonte | 960.000 |
| 28101.60000342.027 | Amortização e encargos de financiamento | 7.258.466 |
| 28101.07401833.500 | Desenvolvimento da infra-estrutura social urbana | 413.100 |
| 28101.08421981.626 | Contribuição ao Fundo de Investimento Social - BNDES | 6.171.000 |
| 28101.03091832.600 | Apoio ao desenvolvimento econômico e social | 9.635.226 |
| 28101.04130663.447 | Crédito rural para Reforma Agrária - PROCERA/BNDES | 4.331.850 |
| 28101.04401833.504 | Apoio à população rural carente | 41.810.773 |
| 28101.07401833.431 | Contrapartidas de empréstimos externos | 3.489.000 |
| 28101.07401833.435 | Nova Fronteira | 7.575.000 |
| 28101.15814271.632 | Mutirão Habitacional comunitário | 17.416.000 |
| 28101.15514873.417 | Distribuição de leite para crianças carentes | 8.820.250 |
| 28101.15514873.417 | Apoio à população urbana carente | 8.820.250 |
| TOTAL | | 165.174.225 |